



Bancários param o Santander e barram trabalho aos sábados

O Sindicato, através da mobilização e de uma importante vitória judicial, conseguiu barrar a tentativa do Santander de burlar a lei e impor o trabalho aos sábados. No último dia 22, paralisou as agências do banco espanhol para garantir que fosse cumprida a proibição do funcionamento decidida na véspera pelo juiz Leonardo Almeida Cavalcanti, da 42ª Vara do Trabalho.

O magistrado fixou multa de R\$ 50 mil para cada agência aberta e de R\$ 10 mil por bancário trabalhando, obrigando o banco a colocar cartazes avisando os clientes da não abertura. A ação do Sindicato foi elaborada pelo assessor jurídico da diretoria do Sindicato, Márcio Cordero. O juiz frisou que o artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) proíbe o trabalho dos bancários aos sábados. A regra consta também das convenções coletivas e do artigo 1º da Lei 4.178/62. Ou seja, o



trabalho aos sábados é ilegal.

EM DEFESA DOS DIREITOS

Para impedir a ilegalidade, o Sindicato paralisou agências do Centro, Bonsucesso, Ilha do Governador, Jacarepaguá (Freguesia e Taquara), Méier, Penha, Ramos, Tijuca, Vila Isabel, Campo Grande e Madureira. “Demos uma grande demonstração de força política e jurídica e impusemos ao Santander o respeito aos nos-

sos direitos”, disse a presidenta em exercício do Sindicato, Kátia Branco, comemorando o êxito da mobilização da categoria e a vitória judicial. O diretor do Sindicato e membro da Comissão de Organização dos Empregados (COE), Marcos Vicente, destacou a importância da vitória dos bancários contra o desrespeito do grupo espanhol. “Este sábado vai ficar marcado como o dia em que os bancários fizeram valer seus direitos. E

**Só vacinados
podem entrar
no Sindicato**

Diante do agravamento da pandemia do novo coronavírus, a diretoria do Sindicato aprovou a exigência de apresentação do certificado de vacinação contra a covid-19 para o acesso às instalações da entidade. A decisão é uma medida preventiva para evitar a infecção pelo vírus que pode ser letal no caso dos não vacinados. Será exigido o ciclo vacinal completo, seguindo o calendário de imunização.

saímos vitoriosos. O recado da categoria está dado: Santander, respeite o Brasil e os brasileiros”, afirmou.

Covid: Santander segue Bolsonaro e coloca em risco a vida dos bancários

O Santander tem se notabilizado não só por passar por cima das leis brasileiras, mas também por desrespeitar a saúde e a vida dos bancários. Num comportamento que segue a mesma prática de Bolsonaro de negar a gravidade da pandemia, decidiu flexibilizar ainda mais as normas de prevenção ao novo coronavírus. A decisão aconteceu no momento em que é cada vez maior a expansão do número de contaminações, internações e mortes, principalmente pela variante Ômicron.

Em negociação com a Co-



missão de Organização dos Empregados (COE), no último dia 26, além de negar todas as reivindicações emergenciais necessárias diante do agravamento da pandemia, ainda se utilizou

da flexibilização das medidas de prevenção, previstas em portaria do Ministério da Saúde, entre elas a redução de 15 para dez dias no prazo de afastamento dos trabalhadores com casos

confirmados de covid-19, suspeitos ou que tiveram contato com casos suspeitos.

Outra reivindicação negada foi a de colocar o maior número de pessoas em teletrabalho. Disse também que não vai fechar agências com casos de contaminação e não fará a sanitização, uma limpeza mais profunda, pois já realiza limpeza com álcool 70%. Acrescentou que só afastará os que estavam no mesmo espaço que o contaminado, caso fique comprovado que não usavam máscara ou usavam de forma inadequada.

Protestos exigem do Banco do Brasil proteção contra a Covid-19

Foto: Nando Neves



Agências do Banco do Brasil das principais cidades brasileiras participaram do Dia Nacional de Luta, em 27 de janeiro. Foi um protesto nacional contra a decisão da diretoria de ignorar o acirramento da pandemia do novo coronavírus, não apenas reduzindo as medidas de prevenção de forma unilateral, bem como desrespeitando as novas normas impostas.

Com isto, a diretoria do BB segue a política negacionista do governo Bolsonaro, que agora, em sua escalada genocida, se coloca de forma covarde contra a vacinação de crianças. No Rio de Janeiro, o Sindicato fez atividades em três agências de Botafogo, duas do Catete e duas do Méier, escolhidas por terem apresentado seguidos casos de contaminação.

Diretores do Sindicato, en-

tre eles, a presidenta em exercício da entidade, Kátia Branco, Rita Mota, integrante da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB), Rogério Campanate, da Comissão Executiva dos Empregados da CEF (CEE) e Carlos de Souza, da Contraf-CUT, conversaram com os bancários. Kátia lembrou que o momento é gravíssimo sendo necessário que

todos cobrem respeito às normas de prevenção e que, além dos bancários, também estão em risco suas famílias e, ainda, os clientes, com o crescimento muito rápido do número de infectados pela variante Ômicron.

Rita Mota frisou que o banco não vem cumprindo as medidas fixadas no acordo coletivo emergencial covid, além de

reduzir unilateralmente os protocolos de prevenção, expondo a vida dos colegas e clientes. “Vamos continuar cobrando o respeito a estas medidas, principalmente num momento de crescimento desenfreado do número de contaminações no banco, situação que é em grande parte de responsabilidade da postura negacionista da sua diretoria”, afirmou Rita Mota.

BB deixa funcionários expostos à pandemia

A pressão das manifestações fez com que o Banco do Brasil aceitasse receber a Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) no último dia 28. O objetivo da CEBB era negociar medidas emergenciais a serem postas em prática neste momento de disparada dos casos de contaminações pelo novo coronavírus. Mas o que se viu foi o BB fazer um verdadeiro teatro, colocando em prática a política da ‘enrolação’ não respondendo ao rol de medidas apresentadas, mesmo com a explosão de novos casos inclusive com internações de funcionários em UTI.

Com este comportamento, continua expondo os funcionários à covid-19, seguindo a orientação do governo federal, seu maior acionista individual, a mesma passada à Caixa Econômica Federal. O objetivo seria ignorar o aumento do risco à vida dos funcionários devido à disparada da variante Ômicron para manter o funcionamento normal, inclusive com cobrança de metas, como se o Brasil e o mundo não vivessem uma situação de crise pandêmica aguda.

O coordenador da CEBB, João Fukunaga, também condenou a postura do banco. “É um absurdo, na altura dos acontecimentos, que ainda seja ne-

cessário sentar com o BB para fazer exigências óbvias pela segurança dos trabalhadores”, criticou. Diante desta postura irresponsável, a CEBB decidiu, em reunião logo após o encontro, intensificar os protestos em todo o país, como aconteceu no último dia 27, Dia Nacional de Luta.

MEDIDAS EMERGENCIAIS

Entre as medidas entregues pela CEBB com exigência de resposta urgente, mas que o BB disse só poder responder, após decisão de sua diretoria, estão: 1) cobrança de passaporte vacinal; 2) redução do horário de

atendimento nas agências; 3) limitação de entrada dos clientes nas agências; 4) responsabilização de quem não use máscara e para o gestor que não orientar; 5) e para quem insistir em permanecer no local do trabalho com sintomas ou positivado; 6) teletrabalho para locais de grande aglomeração e todos dos grupos de risco; 7) fechamento de agências para sanitização e não apenas higienização; 8) fixação de critérios para o fechamento das agências em caso de falta de funcionário; e, 9) testagem de casos suspeitos.

BANCÁRIO

Presidenta em exercício: Kátia Branco – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor interino:** Olyntho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:**

Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 10000

Negociação com a Fenaban sobre protocolos da Covid tem poucos avanços

Não houve qualquer avanço significativo na negociação desta segunda-feira (31/1) entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). Não foi nem de longe o resultado que se esperava para fazer frente à escalada de contaminações e internações nos bancos pela covid-19 e corrigir a postura adotada pelo sistema financeiro de protocolos que negam o agravamento da pandemia.

Na reunião os bancos deram retorno sobre as reivindicações com relação aos protocolos de segurança sanitária para garantir a saúde e a vida da categoria, apresentadas em 18 de janeiro. “Não teve avanço praticamente nenhum, só em relação aos dez dias de afastamento dos contaminados em vez de sete, como estavam impondo. Mas vamos continuar insistindo, não vamos dar trégua”, afirmou Kátia Branco, presidenta em exercício do Sindicato e membro do Comando Nacional.

VIDAS EM RISCO

Acrescentou ser preciso defender a vida da categoria que está sob risco crescente devido ao avanço da Covid, principalmente da variante Ômicron, de contaminação mais rápida e que tem levado a internações e mortes, sobretudo de não vacinados. “Obtivemos algumas respostas positivas, mas ainda insuficientes para garantir a saúde e a vida dos bancários e evitar que os bancos se tornem um foco de transmissão da doença para toda a sociedade”, disse a coordenadora do



Kátia Branco, presidenta em exercício do Sindicato lembra que a vida da categoria está em risco. “Vamos continuar insistindo, não vamos dar trégua”.

Comando, Ivone Silva, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

“Os bancos garantiram que os que mantiveram contato com colegas com caso confirmado de Covid-19 devem ser testados para que haja o retorno ao trabalho. Caso não haja condições de efetuar o teste, o retorno deve ocorrer somente no 11º dia após o contato”, informou o secretário de Saúde da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Mauro Salles.

DEZ DIAS

Os bancos vão enviar comunicados aos gestores orientando o afastamento de 10 dias, com retorno somente a partir do 11º dia, no caso de não haver testes disponíveis, podendo ser reduzido para 7 dias, com retorno a partir do 8º dia, caso haja um segundo teste negativo, após o 5º dia de sintomas. Não aceitaram fornecer máscaras adequadas para os funcionários, que sejam capazes de minimizar as possibilidades de contágio.

Alegam que há bancários que preferem usar máscaras de pano. Os bancos vão adquirir as vacinas assim que as mesmas forem disponibilizadas, com a atualização da fórmula para a proteção contra a H3N2 e as novas cepas do vírus da gripe. A previsão é de que a vacinação nos bancos seja realizada entre abril e junho, dependendo de quando a nova vacina ficar pronta e do tempo que a Anvisa levará para autorizar sua importação

Medidas reivindicadas pelo Comando

- Sanitização das agências e unidades administrativas com casos confirmados;
- Exigência do passaporte da vacina dos clientes;
- Distribuição de máscaras adequadas (PFF2/N95) para os funcionários;
- Protocolo unificado;
- Retomada do teletrabalho em home office;
- Controle de acesso de clientes;
- Redução do horário de atendimento para diminuir tempo de exposição;
- Garantia de álcool-gel nas agências e departamentos;
- Manutenção de marcação do distanciamento;
- Suspensão de visitas a clientes, pelo menos neste momento de alta de casos de infecção;
- Melhorar o atendimento da telemedicina;
- Compromisso com a não-demissão;
- Antecipação da vacinação contra a gripe.

Inscrições para o Curso Paternidade Responsável

Já estão abertas as inscrições para a primeira turma deste ano do Curso Paternidade Responsável prevista para os dias 15 e 16 de fevereiro. Inscrições e mais informações pelo telefone 2103-4170 ou pelo e-mail do sindicato politicassociais@bancariosrio.org.br. Para se inscrever bastam os seguintes dados: nome com-

pleto, banco e agência, data prevista para o nascimento do bebê, telefone e e-mail para contato. A atividade é gratuita para bancários sindicalizados que serão pais e necessitarão de certificação para usufruir dos 20 dias da licença paternidade, como prevê a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Quinta (3/2) é Dia de Luta contra a Covid na CEF

Os empregados da Caixa Econômica Federal vão fazer nesta quinta-feira (3/2), manifestações nas principais cidades do país, para exigir respeito e ampliação dos protocolos de proteção contra o novo coronavírus. A decisão foi tomada neste dia 31 em reunião entre a Comissão Executiva dos Empregados (CEE), o Comando Nacional dos Bancários e a Contraf-CUT.

Foi avaliado que os protocolos, além de não estarem sendo cumpridos, estão aquém do necessário para o enfrentamento tanto da pandemia que se agrava, quanto para o surto de Influenza. Em nota a CEE

Foto: Nando Neves



O diretor do Sindicato, Rogério Campanate: é preciso garantir medidas efetivas de prevenção

orienta às federações e sindicatos a realizarem o Dia Nacional de Luta por melhores condições de trabalho e protocolos efetivos de proteção contra a Covid-19.

“A Caixa e o BB têm sido os piores entre todos os bancos em relação à adoção deste comportamento negacionista porque querem mostrar seu alinhamento com o governo, o que expôs os empregados e aumentou de forma exponencial o número de casos de contaminados. A saída é a pressão para mudar esta postura irresponsável”, afirmou Rogério Campanate, diretor do Sindicato e membro da CEE.

Caixa aceita negociar protocolo de prevenção

Após semanas sem responder o ofício em que a Contraf-CUT solicitou uma mesa de negociação específica para tratar do protocolo e outras questões relacionadas ao Covid-19, a diretoria da Caixa Econômica Federal (CEF) agendou a mesa de negociação para este dia 2 de fevereiro, com a Comissão Executiva dos Empregados (CEE). O objetivo dos representantes sindicais é negociar medidas emergenciais de proteção diante da explosão do número de casos no banco, muito por responsabilidade da sua diretoria, bem como o respeito às normas já em vigor, embora sejam insuficientes. Coincidência, ou não, a aceitação acontece dias após o movimento sindical bancários

Foto: Nando Neves



ter marcado um Dia Nacional de Lutas, com protestos em todo o país, para o dia 3. O banco vem boicotando medidas básicas de prevenção, recusando-se a fazer a sanitização e o fechamento de agências com casos de infecção, optando por uma higienização que não resolve o problema, mantendo as pessoas num ambiente contaminado; houve aumento da pressão por metas, le-

vando empregados a se negar a fazer a testagem mesmo com sintomas, por medo; a Caixa foi um dos primeiros bancos a voltar ao trabalho presencial, inclusive os dos grupo de risco, tendo levado várias pessoas à contaminação, com casos de colegas intubados. “A CEF não passa informações sobre número de infectados pela covid-19, mas sabemos que cresceram de forma significativa e

perigosa. Há, no Rio de Janeiro, agências com 10 casos. E o banco é o principal responsável por esta situação”, disse o diretor do Sindicato e membro da CEE, Rogério Campanate. Entre as medidas a serem apresentadas pela Comissão dos Empregados estão: suspensão imediata das visitas externas; volta dos serviços essenciais; redução ou suspensão das metas; a vida das pessoas realmente em primeiro lugar; redução do horário de atendimento ao público; aumento do valor de pronto-pagamento para compra de máscaras adequadas; volta dos apoios, segurança e receptionistas; horas extras para os que estão nas agências, tendo em vista o quadro reduzido de empregados.